

Romper o Ciclo Vicioso

Alexandra Barahona de Brito

À medida que se lança no novo milénio, a América Latina enfrenta toda uma série de desafios políticos, sociais e económicos.

À medida que se lança no novo milénio, a América Latina enfrenta toda uma série de desafios políticos, sociais e económicos. Os anos 90 assistiram ao fim da guerra civil na América Central, mas a tarefa de domar as forças militares e colocá-las firmemente sob controlo civil, bem como as tarefas mais abrangentes de democratização e reforma do Estado, estão ainda por cumprir. As elites políticas terão de provar que a rotação pacífica do poder pode ser acompanhada por um movimento de aprofundamento da democracia. Na Guatemala, a questão da representatividade da população indígena e de construção de direitos de cidadania para essa maioria há muito oprimida permanece um desafio-chave. Para além disto, tanto em El Salvador como na Guatemala, como em muitos outros países da região, os índices crescentes de criminalidade e a tendência de resposta através de uma repressão mais forte e até ilegal são sinais de que os direitos fundamentais se encontram em risco, num contexto de pobreza alargada. O que constitui já um compromisso político-cultural frágil relativamente à democracia e aos direitos humanos é desgastado por receios de "desordem". A reintrodução da pena de morte na Guatemala (em oposição aos compromissos assumidos dentro do sistema de direitos humanos inter-americano) mostra quão fácil é para os Governos ultrapassarem direitos básicos num contexto de insegurança social.

No México, o conflito de baixa intensidade em Chiapas apresenta também um desafio para a integração política e social dos locais. Com a vitória eleitoral de Julho de 2000, da oposição PAN do presidente Fox, pela primeira vez desde a revolução, a nova elite política tem de provar que não será uma força meramente "continuista", mas sim uma força criadora das mudanças há muito esperadas no sentido de uma representatividade mais efectiva e de uma maior responsabilidade.

As tarefas em perspectiva para a região andina são ainda mais difíceis. No Peru, a colapso inesperado da "democradura" de Fujimori e a entrega do poder ao líder da oposição paniagua, apresentam a possibilidade de esforços renovados no sentido da introdução da responsabilidade e do relançamento da governação democrática, e o possível fim de um regime dominado pelos militares. A Colômbia está ainda a ser afectada pela violência alargada e parece improvável que seja capaz de encontrar uma solução pacífica para o conflito entre traficantes de droga, paramilitares e terroristas, sem a ajuda concertada dos seus vizinhos e parceiros internacionais, uma vez que o Estado está enfraquecido e é quase não-existente em algumas partes do território nacional. Apesar de não sofrer de um conflito aberto, a Venezuela tem em jogo o seu futuro democrático, com a eleição de Hugo Chávez e as suas tentativas de gerir as relações políticas de uma forma autoritária em nome da eficácia governativa. No Equador, tal como na Bolívia, a ameaça de conflito e desestabilização social num contexto de recessão económica também se fez sentir, com a destituição do presidente Jamil Mahuad no primeiro, e a declaração do estado de emergência pelo presidente Hugo Banzer neste último, no sentido de conter a onda de protestos. A situação em ambos os países alerta-nos para os perigos que a pobreza continuada e os problemas estruturais não resolvidos representam para a democracia. Embora não exista uma ligação causal automática entre a democracia e o desenvolvimento equitativo, não deixa de ser verdade que

há uma deterioração da credibilidade da governação democrática quando esta não consegue assegurar o crescimento e a equidade social.

O Cone Sul enfrenta desafios relativamente menos duros, embora a tarefa que se apresenta aos governos da subregião esteja também estreitamente ligada com conseguir uma combinação de sucesso entre a equidade/o crescimento económico e o aprofundamento da democracia. Na Argentina, o novo Governo de coligação da esquerda radical de De La Rúa, recentemente ajudado por um empréstimo do FMI para ultrapassar a mais recente recessão económica, está a braços com um desafio histórico: provar que, ao contrário do Governo radical predecessor (liderado por Raúl Alfonsín), pode governar sem pôr em risco a estabilidade económica, e que representa uma alternativa convincente ao peronismo. O destino da economia argentina dependerá, em grande medida, do desempenho da economia brasileira, o seu principal parceiro no Mercosul. O Brasil recuperou de forma surpreendente da última crise financeira internacional, mas tem ainda de equacionar sérios desafios políticos e estruturais, que colocam obstáculos ao crescimento sustentável. Tal como na Argentina, a política pork-barrel dos governos estaduais com o Governo Federal, bem como as reformas pendentes da segurança social, impedem uma gestão financeira estatal racional. Mais difícil ainda é o problema da desigualdade, na medida em que o Brasil continua a ser um dos países do Mundo com mais injustiças sociais e onde violações flagrantes dos direitos humanos conseguiram sobreviver ao retorno da democracia. O Uruguai apresenta, pelo contrário, um relativamente bom desempenho em termos de direitos humanos e de equidade social. O desafio económico é aqui o de assegurar que a justiça social não será sacrificada pelo esforço de estabelecer um modelo económico mais competitivo e liberalizado, enquanto o desafio político tem a ver com a incorporação da esquerda como uma terceira força política num espectro político há muito dominado por um sistema bipartidário (alternando no poder os partidos Colorado e Blanco). Para o Paraguai, o novo ano apresenta desafios de base, uma vez que a democracia se encontra ainda sujeita ao vírus do militarismo, e a eficácia económica ameaçada pela corrupção alargada. O Chile tem demonstrado, comparativamente, um bom desempenho em todas as frentes e, juntamente com a Argentina, tem o mérito de ter feito um sério esforço para julgar e fazer prender violadores de direitos humanos da época ditatorial. No entanto, os críticos têm alertado para o facto de o modelo económico aberto do Chile ser baseado em políticas insustentáveis do ponto de vista ambiental (por exemplo a desflorestação), bem como para a questão da desigualdade social, que permanece um obstáculo ao desenvolvimento de longo prazo, apesar da existência de taxas de crescimento significativas.

Em suma, a região como um todo enfrenta três desafios centrais: a reforma do Estado no sentido de assegurar uma gestão mais eficiente dos recursos económicos e humanos e de introduzir maiores responsabilidades e representatividade; o aprofundamento da governação democrática para assegurar um maior respeito pelos direitos humanos e de cidadania; a promoção de um crescimento económico sustentável, socialmente justo e também saudável em termos ambientais. A região tem de lutar por estes objectivos no âmbito de um contexto novo e complexo, ao nível do hemisfério e ao nível internacional.

O novo Governo Bush não revelou ainda qual a natureza da sua política para a América Latina, mas é provável que a tendência seja para o comércio livre hemisférico; uma condicionalidade menor em termos sociais, ambientais e de direitos humanos do que a da Administração Clinton; e um pendor mais acentuado contra a integração regional ao nível político, de que é exemplo o Mercosul.

O apoio de Bush ao comércio livre pode significar um relançamento da Zona de Comércio Livre das Américas (ALCA) em 2001, marcado pela Cimeira do Québec, a realizar em Abril. Se o novo presidente conseguir a autoridade fast-track negada a

Clinton pelo Congresso, outros projectos de integração regional na região ficarão certamente sob pressão. O Mercosul em particular sofrerá grande pressão para definir um projecto político e económico autónomo, quando confrontado com o avanço de um projecto de comércio livre hemisférico.

A credibilidade de outros projectos de integração regional, actualmente já com menor sucesso, tais como o Pacto Andino, dependerá em grande medida da capacidade do Mercosul para encontrar um espaço próprio no quadro da ALCA. Se acabar por ficar diluído na ALCA, a perspectiva de uma integração regional com uma dimensão política e social ficará grandemente enfraquecida, se não irremediavelmente comprometida. Tal resultado seria também prejudicial para a democratização na região; isto porque os projectos de integração regional que promovem uma responsabilidade política conjunta em relação à democracia e à paz podem vir a ser actores fulcrais na resolução de questões regionais, tais como o conflito na Colômbia, a eventual democratização de Cuba, ou ainda a implementação de uma condicionalidade social, ambiental e no campo dos direitos humanos.

Se 2001 é um ano crucial para o futuro da integração regional e do Mercosul em particular, será igualmente importante relativamente à integração económica e política da região ao nível internacional. Em termos políticos, a América Latina está bem integrada na comunidade internacional; foi motor primordial do estabelecimento de um Tribunal Penal Internacional forte e já provou as suas credenciais multilaterais e internacionais vezes sem conta. Permanece, contudo, uma região secundária na arena mundial, carecendo da influência que os EUA e a Europa, bem como outros poderes regionais como a China, a Rússia ou a Índia conseguiram consolidar no seio da ONU, ou no Conselho de Segurança. Se a América Latina quer desempenhar um papel mais eficaz no sistema internacional, os países da região devem empenhar-se em trabalhar conjuntamente no sentido de desenvolverem uma agenda política comum forte e activa, cujo objectivo seja melhorar a posição da região nos fóruns internacionais. O desenvolvimento de capacidades que possam ser mobilizadas internacionalmente será crucial para uma cooperação mais equilibrada e para soluções multilaterais que respondam aos problemas, cada vez mais de carácter transnacional, que a região enfrenta (tais como o tráfico de droga ou as migrações).

Na esfera económica, a Organização Mundial de Comércio é actualmente o local privilegiado para a decisão de disputas e para a negociação de melhores posições comerciais no seio da economia internacional. Garantir a existência de diplomacias mais eficientes e informadas é um desafio-chave para os países da América Latina. A maior parte dos serviços diplomáticos ou de relações externas da região está ainda muito pouco desenvolvida, pelo que a formação de pessoal com um entendimento claro das "regras do jogo" da economia internacional é fundamental para a região negociar efectivamente uma posição melhor para si própria.

Com efeito, cada vez mais o conhecimento e a capacidade de o usar significam poder. A pobreza e a exclusão permanecem os maiores inimigos do progresso na América Latina, e têm-no sido desde a independência. Resta saber se os esforços renovados para ultrapassar estes problemas históricos podem efectivamente romper o ciclo vicioso de subdesenvolvimento.